



PARECER PRÉVIO Nº 14/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10837/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Jose Suediney de Souza Araujo, Prefeito Municipal de Fonte Boa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4206/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.1873/1884).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** das contas anuais da **Prefeitura Municipal de Fonte Boa**, no curso do exercício de 2014, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal. A desaprovação das Contas do Município de Fonte Boa, fundamenta-se no disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

11.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 14/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 14/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10837/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Jose Suediney de Souza Araujo, Prefeito Municipal de Fonte Boa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4206/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.1873/1884).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo**, responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2014, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo**, responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, exercício de 2014, no valor de R\$ 12.000,00, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, que devem ser recolhidos na esfera estadual para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas nos Itens I e II da presente Proposta de Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);
- 9.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo** no valor de R\$ 180.252,70, nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução



ACÓRDÃO Nº 14/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

4/2002 – TCE/AM, em face da ausência de justificativa para a realização da Tomada de Preços n.014/2014 que tinha como objeto a Execução de Obras e serviço de engenharia para cobertura da quadra escolar pequena da comunidade de Tupé, considerando que, após a vistoria in loco realizada pelo Analista da DICOP do Tribunal de Contas na comunidade em 22/05/2014 e também confirmada pelos moradores da comunidade, não existia nenhuma quadra escolar naquela localidade, que devem ser recolhidos na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Fonte Boa. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do julgamento em alcance deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.4. Determinar a instauração da cobrança executiva contra o Sr. **Jose Suediney de Souza Araujo** caso não haja o recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.5. Determinar ao atual responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa a adoção das seguintes medidas:

9.5.2. Crie o serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas na forma exigida pela Lei n. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

9.5.3. Observe as disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

9.5.4. Observe as disposições contidas no artigo 37, II e IX, da CF/88, realizando concurso público para a investidura em cargos essenciais à atividade da Administração Pública, e, evitando a realização de contratação temporária da maneira usual como está sendo realizada;

9.5.5. Observe as disposições constantes nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/6470, e providencie a realização de um controle eficiente de materiais em estoque no almoxarifado e manutenção dos registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e o levantamento geral desses bens;



ACÓRDÃO Nº 14/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.5.6. Remeta a esta Corte de Contas as 675 contratações temporárias realizadas no Município de Fonte Boa no curso do exercício de 2014, para análise e avaliação;

9.5.7. Adote medidas para realizar um **controle eficiente dos combustíveis** utilizados, devendo o Gestor ajustar seus atos para atender o princípio da economicidade e da eficiência.

9.6. Determinar à próxima Comissão de Inspeção do Município de Fonte Boa, que verifique se o futuro responsável pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa observou de forma adequada a adoção das seguintes medidas:

9.6.1. Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

9.6.2. Observe se foram adotadas medidas quanto à observância das disposições constantes nos artigos 94 a 96, da Lei nº 4.320/6470, e verifique se foi providenciada a realização de um controle eficiente de materiais em estoque no almoxarifado e a manutenção dos registros sintéticos dos bens móveis e imóveis e o levantamento geral desses bens.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral